

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO COTIDIANO E NO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO DAS FAMÍLIAS

FINANCIAL EDUCATION IN THE DAILY LIFE AND BUDGET CONTROL OF FAMILIES

Melissa Cavalcante de Souza

Graduanda; Faculdades Integradas de Bauru, Bauru, SP, Brasil;
melyssakavalcante@gmail.com

Maria Aparecida Pereira

Mestre; Faculdades Integradas de Bauru, Bauru, SP, Brasil;
profcidinha2015@gmail.com

Alexandre Silva Santos

Mestre; Faculdades Integradas de Bauru, Bauru, SP, Brasil;
ssalexandre@hotmail.com

RESUMO

A aplicabilidade dos princípios da Educação Financeira, é tema importante a ser estudado e aprofundado para o entendimento de seu impacto no cotidiano das pessoas e das famílias. No entanto, buscar informações que auxiliam na gestão das próprias finanças e nos controles orçamentários pessoal e familiar ainda não faz parte da vida de muitas pessoas. Pesquisas recentes destacam índices consideráveis de endividamento e de contas atrasadas das famílias brasileiras, o que revela a importância de ensinar educação financeira desde o ensino fundamental. E isto ajudaria as pessoas aprenderem a gerenciar o dinheiro e tomarem decisões financeiras consistentes desde cedo, ou seja, entenderiam como lidar com o dinheiro evitando problemas futuros. O objetivo do referido ensino seria para que as pessoas aprendessem a elaboração do planejamento financeiro com a compreensão dos fatores que influenciam suas escolhas, equilibrando seus gastos e tomando decisões que promovam bem-estar. Compreender tais fatores ajudaria no equilíbrio dos desejos imediatos com as necessidades de longo prazo, incentivando o hábito de poupar, crucial na educação financeira. Ao educar financeiramente as pessoas há benefícios para a sociedade e fortalecimento do sistema financeiro; e ainda favorece lidar melhor com emergências financeiras, bem como contribui para o bem-estar de todos.

Palavras-chave: Finanças Pessoal e familiar, Planejamento Financeiro, Matemática Financeira, Endividamento e Inadimplência, Empréstimos e Financiamentos, Investimentos.

ABSTRACT

The applicability of the principles of Financial Education is an important topic to be studied and explored in order to understand its impact on the daily lives of individuals and families. However, seeking information that helps manage one's own finances and personal and family budget controls is still not part of the lives of many people. Recent research highlights considerable rates of indebtedness and overdue bills among Brazilian families, revealing the importance of teaching financial education from elementary school onwards. This would help people learn to manage money and make consistent financial decisions from an early age, that is, they would understand how to handle money while avoiding future problems. The objective of this education would be for people to learn how to develop financial planning by understanding the factors that influence their choices, balancing their expenses and making

decisions that promote well-being. Understanding these factors would help balance immediate desires with long-term needs, encouraging the habit of saving, which is crucial in financial education. By educating people financially, there are benefits for society and a strengthening of the financial system. Furthermore, it helps to better manage financial emergencies and contributes to everyone's well-being.

Keywords: Personal and Family finance, Financial Planning, Financial Mathematics, Debt and Default, Loans and Financing, Investments.

1 INTRODUÇÃO

O letramento financeiro permite lidar com o dinheiro de maneira que haja equilíbrio no orçamento e economia em médio e longo prazos para atingir objetivos financeiros simples ou complexos. Por exemplo, comprar um bem móvel ou um bem imóvel; investir na educação dos filhos; obter a própria aposentadoria; investir em um empreendimento novo ou alavancar o crescimento de empreendimento já existente; entre outros objetivos. Sendo assim, o ensino dos princípios de educação financeira iniciado pelas crianças, permite que as próximas gerações estejam preparadas para tomarem decisões financeiramente responsáveis. Bem como, permite a tomada de decisões conscientes que possam evitar possíveis problemas financeiros pessoais, familiares ou em seus negócios. Neste sentido, os resultados do estudo de Souza (2016 p. 13), apresentaram que “[...] é possível iniciar a discussão de problemas de Matemática Financeira (e educação financeira) no Ensino Fundamental.”

Considerando que a Matemática Financeira possibilita o estudo do dinheiro ao longo do tempo, entender seus mecanismos mostra-se importante na gestão das finanças pessoais e empresariais. E sendo a Matemática Financeira um dos pilares da Educação Financeira seu aprendizado é crucial para entender sua aplicação na vida diária de pessoas e empresas. Mas, infelizmente, a maioria das pessoas não busca informações para administrar suas finanças, conforme indicado pelo Banco Central do Brasil (BCB, 2013). Assim, a aplicabilidade da Educação Financeira no cotidiano das famílias e das empresas mostra-se necessária, abrangente e vital para garantir o controle orçamentário, o bem-estar financeiro e a realização de metas financeiras. Mostra ainda, ser possível capacitar pessoas para tomarem decisões acertadas no intuito de minimizar ou evitar problemas financeiros que possam surgir ao longo da vida. Uma vez que, “as pessoas enfrentam decisões financeiras complexas com consequências em todas as fases da vida”, inclusive “as pessoas idosas enfrentam decisões sobre como gerenciar os riscos e custos do envelhecimento, [...]”, conforme destacam Lusardi & Mitchell (2023 p. 1).

Ao que diz respeito à Educação Financeira, no Brasil e em alguns países ao redor do mundo existem iniciativas voltadas ao seu desenvolvimento. Em termos brasileiros, destacam-se a Semana Nacional de Educação Financeira, conhecida como Semana de Estratégia Nacional

de Educação Financeira (ENEF), ou simplesmente Semana ENEF, anualmente promovida pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) desde o ano de 2014. Outra iniciativa brasileira de destaque é o Programa Aprender Valor, oferecido gratuitamente pelo Banco Central (Bacen), que auxilia professores, escolas e redes de ensino no desenvolvimento da Educação Financeira junto aos estudantes do ensino fundamental do país. Além da Semana ENEF e do Programa Aprender Valor, em 1º de julho de 2024 entrou em vigor a Resolução Conjunta nº 08 do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional (CMN). Esta resolução apresenta medidas de Educação Financeira a serem adotadas por instituições financeiras que funcionam com autorização do Bacen. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) mantém no Programa CFC Voluntário o subprograma Educação Financeira, o qual visa construir uma sociedade mais justa e solidária.

No entanto, mesmo com as iniciativas existentes a Educação Financeira no Brasil ainda enfrenta desafios na abordagem ao público em geral. E, mesmo diante das inúmeras iniciativas governamentais e não governamentais direcionadas à Educação Financeira, pesquisas mensais da Confederação Nacional do Comércio (CNC) apontam índices relevantes de endividamento e inadimplência das famílias brasileiras. Nos resultados da pesquisa de novembro/2025, houve relato de 79,2% de famílias com dívidas a vencer; no caso, as dívidas são com “[...] cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa.” (CNC, 2025 p. 1). Lembrando que ao necessitar de créditos, ficarem endividadas ou inadimplentes as pessoas sofrem os impactos das taxas de juros praticadas pelo mercado. Outros pontos cruciais, são a camada social a qual pertencem e a faixa de renda das pessoas; e ainda pode ser que os custos básicos para a sobrevivência consomem quase a totalidade da renda da família, não permitindo poupar para formar uma reserva para os imprevistos.

Objetivos, metas e necessidades financeiras sofrem alterações ao longo da vida, necessitam de revisões e mudanças conforme as circunstâncias; para que a reorganização aconteça é necessário conhecer a dinâmica do planejamento financeiro para adotar estratégias assertivas nas decisões a serem tomadas e alcançar uma vida financeira tranquila. Diante do exposto, por meio de pesquisa bibliográfica, publicações de periódicos científicos e pesquisa exploratória em órgãos que tratam do assunto, este estudo buscou apresentar a relevância da aplicabilidade da Educação Financeira no cotidiano e no controle orçamentário das pessoas, das famílias e das empresas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

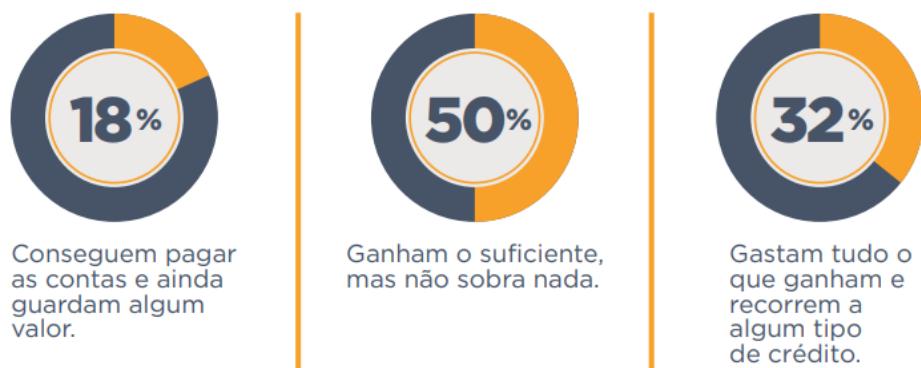
“Planejamento financeiro é o processo pelo qual você administra os recursos com o propósito de atingir os objetivos de curto, médio e longo prazo. Para se administrar algo é preciso ter direcionamento, conhecimento e prática.” (Costa, 2022, p.188). Diante disso, o planejamento financeiro é essencial para alcançar os objetivos financeiros em variados prazos, e envolve a gestão cuidadosa dos recursos financeiros disponíveis, seja para economizar, investir ou gastar de forma consciente. De acordo com Vieira *et al.* (2019 p. 4), “os mercados financeiros estão cada vez mais complexos e se tornando acessíveis a mais pessoas. Com isso, a capacidade dos indivíduos para aperfeiçoarem a maneira como administram suas finanças se torna essencial”. Para Liberato (2023, p. 568), “não há como se chegar a lugar algum se não houver planejamento adequado para suas finanças. Planejar e priorizar são segredos do sucesso na educação financeira”. Nesse contexto, para Souza (2016 p. 4) “o letramento financeiro do indivíduo é condição fundamental para seu planejamento financeiro e para a tomada de decisões financeiras conscientes. O conhecimento de Matemática Financeira é uma das plataformas necessárias ao letramento financeiro.”

Ter sonhos, propósitos e objetivos em conjunto com priorizar e planejar são passos fundamentais para alcançar uma vida financeira estável e próspera. Vários fatores contribuem para essa evolução, incluindo avanços tecnológicos e maior disponibilidade de informações. Essa complexidade traz desafios, mas também oportunidades para as pessoas melhorarem a administração de suas finanças. “Melhorar a educação financeira resultará em cidadãos mais conscientes de suas decisões de consumo, menos propensos à inadimplência e mais capazes de realizar uma adequada gestão financeira familiar.” (Vieira *et al.*, 2019 p. 29). No âmbito empresarial, assim como nas famílias brasileiras, também há desafios em relação a esse tema crucial. O crescimento das dívidas médias corporativas foi 13,6% em 01 (ano), seguidas pelo avanço da inadimplência atingindo recorde de CNPJ negativados de 8,1 milhões em agosto de 2025, com acúmulo médio de 7,4 contas atrasadas. (Serasa Experian, 2025). Para Hauy (2023), o endividamento atinge todas as camadas da sociedade financeirizada com fortes diferenças entre ricos e pobres:

O endividamento atinge ricos e pobres, mas os mais abastados podem fazer uso dos tópicos de educação financeira e escolher seus gastos, reservar dinheiro para emergências e escolher a linha de crédito mais barata, sem renunciar à sua cidadania, enquanto os mais pobres, muitas vezes, têm que usar toda a sua renda e as poucas linhas de crédito disponíveis, independentemente do custo, para garantir a própria subsistência e, frequentemente, sem a garantia de uma renda recorrente para o pagamento da dívida contraída. (Hauy, 2023 p. 139).

A Associação Brasileira dos Educadores Financeiros (ABEFIN), em parceria com a Universidade de Campinas (Unicamp) e o Instituto Axxus, desenvolveu uma pesquisa embasada em colaboradores de 100 (cem) empresas em diversos estados. Uma das perguntas realizadas foi: “O que você ganha por mês é suficiente para arcar com seus gastos?” A Figura 1, demonstra que mais da metade dos entrevistados tem dificuldades para ter conforto e tranquilidade com a vida financeira.

FIGURA 1: Resposta dos entrevistados pela pesquisa ABEFIN/Unicamp/ Axxus



Fonte: ABEFIN, 2018.

Já em relação a investimentos, dos entrevistados da referida pesquisa, 20% aplicavam os ganhos mensalmente em algum fundo ou quando sobrava e 80% não realizavam nenhuma forma de investimento ou não sobrava nada para investir. Isso indica a necessidade de educar e conscientizar sobre a diversidade de opções de investimentos, independentemente do dinheiro disponível. Muitas vezes, pequenas quantias podem ser destinadas a investimentos que, ao longo do tempo, podem gerar retornos significativos. Por fim, concluíram que 16% dos colaboradores eram capacitados financeiramente e possuíam conhecimento suficiente para uma vida equilibrada, conseguindo pensar no futuro financeiro. Já os demais, enfrentam dificuldades para lidar com dinheiro, sofrem prejuízos ou não entendem de finanças. (ABEFIN, 2018).

Para Ferreira *et al.*, (2018, p. 644), os objetivos e as necessidades mudam constantemente ao longo da vida, então eles também precisam de ajustes constantes. Isso pode envolver mudanças na estratégia de investimento, adaptações ao orçamento ou revisão de metas à medida que as circunstâncias pessoais e financeiras evoluem. Tais revisões permitem adaptar o planejamento financeiro; redefinir as metas de curto, médio ou longo prazo; ajustar os orçamentos; e repriorizar o direcionamento dos recursos financeiros. Ferreira, *et al.* (2018, p. 553), propõem 05 (cinco) passos para começar o planejamento financeiro com relação de

profissional para cliente, mas que pode ser adaptado como um planejamento pessoal. E ressaltam que “como qualquer processo, a ordem de implementação deve ser respeitada e no caso do planejamento financeiro não é diferente”. Os passos citados pelos autores são na seguinte ordem: (i) levantamento de dados para análise; (ii) analisar e avaliar a situação atual; (iii) desenvolver planejamento e estratégia; (iv) implementar o plano; (v) monitorar o plano e fazer os ajustes. A Tabela 1 a seguir apresenta breve descrição das considerações e dos procedimentos das ações dos passos citados pelos referidos autores.

Tabela 1: Passos iniciais do planejamento financeiro na relação profissional/cliente

Passos	Ações	Considerações e procedimentos
1º passo	Levantamento de dados para análise:	É muito importante fazer um bom levantamento e coleta de dados e informações. Como por exemplo, capacidade de geração de renda, despesas, endividamento, sonhos, objetivos, motivações etc.
2º passo	Analizar e avaliar a situação atual	Reunir todos os documentos financeiros tirados do primeiro passo e analisar, avaliar as informações, considerar as oportunidades e as restrições. E também pesquisar, questionar, refletir e entre outros componentes.
3º passo	Desenvolver planejamento e estratégia	Formular e avaliar estratégias para a elaboração de um plano financeiro abrangente e eficaz que ajude indivíduos e famílias a atingir seus objetivos e necessidades financeiras.
4º passo	Implementar o plano	Uma vez que o plano financeiro tenha sido cuidadosamente elaborado, sua execução exigirá ação, disciplina e muitas vezes a necessidade de mudar hábitos e comportamentos enraizados. Essa transição do estado atual para o estado desejado pode ser uma tarefa desafiadora, pois envolve sair da zona de conforto e iniciar um novo caminho.
5º passo	Monitorar o plano e fazer os ajustes	O planejamento financeiro não se limita a um único momento, mas sim, é um processo em constante evolução. Portanto, é fundamental realizar um acompanhamento constante, a fim de identificar e aplicar os ajustes conforme necessário.

Fonte: Adaptado de: Ferreira *et al.* (2018 p. 553).

Lusardi & Mitchell (2023 p. 1) apresentam que “[...] a alfabetização financeira tem um poder preditivo significativo para resultados financeiros futuros, [...].” Para as autoras “especificamente, aqueles que têm maior alfabetização financeira têm maior probabilidade de ficarem satisfeitos com sua situação financeira, mais probabilidade de enfrentar um choque de médio porte e mais probabilidade de planejar a aposentadoria no futuro.” Para completar, Liberato (2023) orienta sobre como controlar os gastos excessivos e manter-se dentro do orçamento. Afirma que ao pensar em fazer uma compra, é importante refletir antes. É fundamental considerar sobre sua real vontade de obter um determinado item, a necessidade

desse item, a disposição em gastar e a disponibilidade de recursos financeiros para efetuar a compra sem prejudicar seu orçamento. Essa abordagem reflexiva pode ser crucial para tomar decisões financeiras mais conscientes e evitar endividamentos desnecessários, permitindo uma gestão financeira mais equilibrada e saudável.

De acordo com o *site* gov.br, a educação financeira tem o objetivo de “conscientizar o indivíduo sobre a importância do planejamento financeiro, para que desenvolva uma relação equilibrada com o dinheiro e tome decisões sobre finanças e consumo que promovam o seu bem-estar”. Também explica que o entendimento dos fatores que afetam as escolhas financeiras permite equilibrar desejos imediatos e necessidades de longo prazo, promovendo o hábito de poupar, essencial na educação financeira. Indivíduos financeiramente educados beneficiam a sociedade, fortalecendo o sistema financeiro, melhorando a capacidade de lidar com emergências e contribuindo para o bem-estar coletivo. Neste sentido, no Brasil, existem esforços em andamento para promover a educação financeira, mas alguns desses esforços não estão alcançando o público em geral.

A Semana Nacional de Educação Financeira, conhecida como Semana ENEF, é uma iniciativa anual promovida pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) desde 2014. Seu objetivo é promover a educação financeira no Brasil, envolvendo instituições e indivíduos em ações como palestras, cursos, oficinas e campanhas de divulgação, abrangendo temas como finanças, previdência, seguros e tributos. “A Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF – é uma mobilização em torno da promoção de ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil.” (ENEF, 2022 p.1). A ENEF foi criada por meio do Decreto Federal nº 7.397/2010 com renovação pelo Decreto Federal nº 10.393/2020; possui como objetivo “contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes.” (ENEF, 2017 p. 1). As ações da ENEF são oferecidas de forma gratuita e têm diferentes formatos, mas tais iniciativas não são utilizadas nas maioria das escolas (gov.br, 2023).

O Bacen, oferece gratuitamente o Programa Aprender Valor, que auxilia professores, escolas e redes de ensino no desenvolvimento da EF junto aos estudantes do ensino fundamental do país. Segundo o Bacen (2025), trata-se de um programa gratuito “[...] que ajuda professores, escolas e redes de ensino a levarem educação financeira a estudantes do ensino fundamental de todo o país. Qualquer pessoa pode ter acesso ao programa, basta acessar a plataforma usando uma conta gov.br, nível prata ou ouro.” O Bacen ainda informa que “o Aprender Valor é a plataforma oficial do Na ponta do lápis, iniciativa do Ministério da Educação (MEC) para promover a educação financeira, fiscal, previdenciária e securitária na educação básica.” O

projeto possui 68 (sessenta e oito) projetos escolares, que oferece integração com as disciplinas e aulas lúdicas e interativas, que segundo o portal Aprender Valor, são “aulas prontinhas para o professor do ensino fundamental aplicar na sua aula de Língua Portuguesa, Matemática, Geografia ou História.” De acordo com o portal, são 27 (vinte e sete) mil escolas e 27 (vinte e sete) secretarias estaduais participantes, abrangendo 65% dos municípios brasileiros.

“Anualmente, o Banco Central realiza eventos de premiação para reconhecer redes de ensino, escolas e profissionais engajados no programa. Quando há um patrocinador para esses eventos, os premiados recebem um prêmio em dinheiro.” (Portal Aprender Valor, 2025 p. 1). Para concorrer à premiação, é necessária a adesão das escolas e a utilização pelos educadores dos recursos didáticos disponibilizados, ou seja, que “[...] concluam as formações, apliquem os projetos escolares e as avaliações de letramento financeiro, e registrem a aplicação nos formulários que estão disponíveis na plataforma do programa.” (Portal Aprender Valor, 2025 p. 1). A Plataforma oferece curso de formação aos educadores (professores e gestores escolares). Ainda citando iniciativas envolvendo o Bacen, é importante destacar a Resolução Conjunta nº 08 do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional (CMN) de 21 dezembro de 2023, em vigor desde 1º de julho de 2024. Esta Resolução “dispõe sobre medidas de educação financeira a serem adotadas por instituições financeiras, instituições de pagamento e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.” Em seu art. 2º a Resolução Conjunta apresenta que:

Art. 2º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem adotar medidas de educação financeira direcionadas a seus clientes e usuários pessoas naturais, incluindo empresários individuais.
§ 1º As medidas de que trata o *caput* incluem as que contribuem para:
I - organização e planejamento do orçamento pessoal e familiar;
II - formação de poupança e resiliência financeira;
III - prevenção ao inadimplemento de operações e ao superendividamento.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) mantém o Programa CFC Voluntário visando uma sociedade mais justa e solidária e nele há o subprograma 2 voltado para a Educação Financeira, a “ação é voltada a orientar a sociedade para questões relacionadas ao controle, planejamento e organização das finanças pessoais, buscando sensibilizá-la quanto aos riscos do endividamento pessoal e familiar, consumo consciente e uso do cartão de crédito.” (CFC, 2026 p. 1). Mas, apesar da existência de iniciativas governamentais e não governamentais, os indicadores brasileiros de endividamento e inadimplência são consideráveis, como apresentou a Confederação Nacional do Comércio (CNC). Em janeiro/2025, o percentual de endividamento das famílias brasileiras ficou em torno de 76%; em julho/2025 atingiu 78,5%;

sendo que 30% estavam com contas atrasadas e 12,7% sem condições de quitar suas dívidas. Em novembro/2025 o endividamento atingiu 79,2%, com 30% de dívidas em atraso e 12,9% sem condições de quitar suas dívidas. De acordo com a CNC, a inadimplência acompanha o avanço do endividamento. (CNC, 2025). Corroborando com a CNC, para Barbosa *et al.* (2023, p. 63) citado por Bim *et al.* (2023 p. 472), “o endividamento é diretamente proporcional à inadimplência, ou seja, o aumento do endividamento tende a resultar em níveis mais elevados de inadimplência.” Considerando o exposto, ter noções de planejamento financeiro e desenvolver o senso crítico em relação às situações financeiras desde o ensino fundamental é importante para formar cidadãos mais conscientes e preparados para situações que podem surgir ao longo da vida.

A Matemática Financeira faz parte do cotidiano das pessoas, de crianças a idosos, pode ser considerada como um instrumento de auxílio na tomada de decisões financeiras e tais decisões podem acarretar grandes impactos em quem toma as decisões e nas pessoas a sua volta. (Lopes *et al.*, 2024). A Matemática Financeira, segundo Assaf Neto (2022 p. 470), “trata o estudo do valor do dinheiro ao longo do tempo”; ele também diz que “o seu objetivo básico é o de efetuar análises e comparações de vários fluxos de entrada e saída de dinheiro de caixa verificado em diferentes momentos”. Quanto ao ensino da Matemática Financeira na escola, deve ser voltado para o aluno ser um consumidor consciente, que saiba comparar preços, condições de pagamento (à vista ou prazo) e calcular as taxas de juros das transações que efetuar. E ainda, ter conhecimento sobre contratos, recibos e notas promissórias. (Lopes *et al.*, 2024). Além disso, “os brasileiros já viveram sérios problemas relacionados à inflação, principalmente na década de 90. Ainda hoje, esse tema nos assombra, já que sabemos quão devastadora ela se torna para o orçamento das famílias e para economia do país.” (Souza, 2016 p. 75). Pois, segundo a referida autora, mesmo a inflação sendo da área da Economia, a matemática é essencial para o entendimento de seus efeitos no controle orçamentário das famílias. “Inflação é o nome dado ao aumento dos preços de produtos e serviços. Ela é calculada pelos índices de preços, comumente chamados de índices de inflação.” (IBGE, 2026 p. 1). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2026), divulgou o IPCA acumulado de 12 meses em dezembro de 2025 de 4,26%; O IPCA é o índice oficial de inflação utilizado pelo governo brasileiro; trata-se de uma referência para as metas de inflação e as alterações na taxa de juros.

Para calcular os valores envolvidos nas operações financeiras, a Matemática Financeira utiliza fórmulas matemáticas e técnicas como juros simples, juros compostos, amortização de dívidas, entre outras. Quando o assunto é endividamento, imprescindível conhecer as taxas de

juros praticadas no mercado; e quando o assunto é sobre juros, importante saber que a prática no mercado é de juros compostos, ou seja, o mercado adota a capitalização composta. Vieira Sobrinho (2018 p. 770), apresenta que a “capitalização composta é aquela em que a taxa de juros incide sobre o capital inicial acrescido dos juros acumulados até o período anterior. Nesse regime de capitalização, o valor dos juros cresce exponencialmente em função do tempo”. Em resumo, significa que a capitalização composta é um método de cálculo de juros em que a taxa de juros incide não apenas sobre o capital inicial investido, mas também sobre os juros acumulados até o período anterior. Dessa forma, o valor do endividamento cresce exponencialmente ao longo do tempo, aumentando consideravelmente as dívidas. E, “a questão do endividamento tem se mostrado de grande importância sociológica, com diversos trabalhos sobre os impactos do endividamento na vida e nas relações dos endividados.” (Hauy, 2023 p. 13). Quando as pessoas conhecem os mecanismos da Matemática financeira, tornam-se consumidores de bens e serviços mais criteriosos, pois conseguem identificar e optar pelo melhor custo-benefício com relação aos acréscimos de juros em suas compras e consequentemente em seu nível de endividamento. (Lopes *et al.*, 2024). No entanto, apesar de estarem relacionadas, existe diferença entre Matemática Financeira e Educação Financeira como explicam Lopes *et al.*, (2024):

A OCDE em seu conceito retrata de forma clara a diferença que há entre Matemática Financeira e Educação Financeira, entende-se que Matemática Financeira utiliza conceitos e fórmulas matemáticas para analisar e resolver problemas ligados ao dinheiro, já a Educação Financeira refere-se ao uso adequado e consciente do dinheiro, ou seja, ela é fundamental para o exercício da cidadania. (Lopes *et al.*, 2024 p. 3).

Sobre a Educação Financeira na escola, considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Lopes *et al.*, (2024 p. 6) explicam que de acordo com as determinações da base curricular “[...] todas as escolas brasileiras ensinem Educação Financeira aos estudantes da Educação Básica. A Matemática Financeira está diretamente relacionada com a Educação Financeira, pois é por meio do desenvolvimento da Matemática Financeira, que se alcança a Educação Financeira.” Mesmo a Matemática Financeira estando inserida na BNCC, segundo Lopes *et al.*, (2024 p. 8), “[...] ainda há uma necessidade de contextualização relacionada ao cotidiano do estudante, para auxiliá-lo na resolução de problemas que envolva a Matemática Financeira.” Souza (2016 p. 82), expõe que “[...] embora árdua, a tarefa de abordar conceitos de letramento financeiro no Ensino Fundamental, sob a plataforma da Matemática Financeira Básica, é perfeitamente possível, adequando a linguagem e a profundidade ao ano de escolaridade dos estudantes.”

Ao passar pelo processo de Educação Financeira e apropriar-se dos conhecimentos da Matemática Financeira, a pessoa adquire conhecimentos que possibilitam conhecer e analisar os níveis das taxas de juros praticadas no mercado. E assim tem condições de realizar comparações entre elas. No contexto dos níveis das taxas praticadas, a Pesquisa de taxas de juros – pessoa física empréstimo pessoal e cheque especial dezembro/25 do Procon/SP, apresentou taxa de juros média de 8,35% ao mês no empréstimo pessoal e 8% ao mês no cheque especial; respectivamente 161,64% e 151,82% de taxa equivalente ao ano. (Procon/SP, 2025). Ainda segundo o Procon/SP (2025 p. 1), “o Banco Central do Brasil, por meio da Resolução nº 4.765, de 27 de novembro de 2019, limitou a cobrança da taxa de juros do cheque especial para pessoa física em 8% (oito por cento) ao mês. A Resolução passou a vigorar em 06 de janeiro de 2020.” De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB, 2025), em um levantamento com 59 instituições financeira no período de 17 a 23 de dezembro de 2025, as taxas para Pessoa Física (Cartão de crédito - rotativo total - Pré-fixado), ficaram entre 4,49% e 22,06% ao mês; sendo respectivamente 69,39% e 993,98% ao ano. “Apesar de não ser a única fonte de endividamento familiar, o cartão é apontado como uma das principais causadoras de inadimplência no Brasil.” (Bim *et al.*, 2023 p. 470). Sobre o crescimento da utilização do cartão de crédito no Brasil, os autores apontam que:

O crescimento da utilização do cartão de crédito no Brasil, impulsionado pelo avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação, trouxe consigo a comodidade, a possibilidade de parcelamento de compras, programas de recompensas e o acesso generalizado ao crédito. No entanto, também trouxe desafios, especialmente relacionados ao controle dos gastos e à alta taxa de juros praticada no país. (Bim *et al.*, 2023 p. 476-477).

Para Hauy (2023 p. 76), “o cartão de crédito assume um papel facilitador da aquisição de bens e serviços para a realização de desejos de consumo em função do acesso fácil ao crédito e, por isso, torna-se uma causa frequente do endividamento.” Corroborando com Hauy, Bim *et al.*, (2023 p. 468) afirmam que “o aumento da demanda por cartão de crédito no Brasil tem simplificado as transações financeiras e impulsionado o poder de compra. No entanto, muitos brasileiros enfrentam o desafio de controlar seus gastos, o que resulta em dívidas crescentes com taxas de juros elevadas e inadimplência.” Hauy (2023) faz uma interessante colocação sobre a culpabilização do endividado com o poder das instituições:

Se, por um lado, existe a unânime e enraizada culpabilização do indivíduo, em que se reduz o problema do endividamento excessivo à falta de educação financeira e afasta a responsabilidade das instituições e seus operadores; por outro, a assimetria das relações de poder entre as instituições e os indivíduos é também percebida. (Hauy, 2023 p. 138)

Bim *et al.*, (2023 p. 469, afirmam que “[...] o aumento do uso do cartão de crédito, possuir dívidas não significa necessariamente que sua saúde financeira está prejudicada, o endividamento se torna problema quando o tomador de crédito fica inadimplente, ou seja, quando não cumpre com os prazos de pagamento estabelecidos.” E sobre o não cumprimento dos prazos de pagamento Hauy (2023 p. 78) apresenta que “a dívida impagável no cartão de crédito é potencializada em função da concorrência entre os emissores, que acabam disponibilizando limites de crédito muito maiores do que a capacidade de pagamento dos seus clientes.”

No entanto, existem estratégias que auxiliam no controle dos gastos para manter a saúde financeira equilibrada, como por exemplo, o Serasa Score (2024 p. 1) destaca o método 50/30/20 (Tabela 2) e que o entendimento de seu uso colabora “[...] para manter a vida financeira saudável, organizada e livre de preocupações.” Esse método consiste na divisão do dinheiro recebido mensalmente direcionado para cada tipo de prioridade financeira, a divisão se dá em 03 (três) partes: “[...] despesas fixas, despesas variáveis e o dinheiro que deve ser guardado na poupança ou outra aplicação financeira.” Com essa divisão é possível acompanhar e organizar todos os gastos por meio de planilha, *planner*, aplicativo ou até mesmo por meio de um caderno; esse controle financeiro auxilia em poupar e planejar objetivos de curto, médio e longo prazos. (Serasa Score, 2024). “O principal objetivo é equilibrar entradas e saídas (receitas e despesas) e poupar dinheiro para quitar dívidas, construir reserva de emergência, realizar um sonho de consumo, como viajar, adquirir um imóvel, carro, iniciar um empreendimento etc.” (Serasa Score, 2024 p. 1). Por fim, é importante estar atento, pois “a lógica das finanças e do consumo está integrada à vida quotidiana da sociedade contemporânea. Temas como taxas de juros e novas formas de pagamento por meio de cartões, celulares e Pix estão diariamente na mídia, nas conversas e a cada vez que se vai comprar algo.” (Hauy, 2023 p. 134). Sendo assim, “saber interpretar e tomar decisões corretas relacionadas ao uso do dinheiro, deixou de ser um conhecimento adicional, e passou a ser um conhecimento necessário.” (Lopes *et al.*, 2024 p. 3).

Tabela 2: Método 50/30/20

% da renda líquida mensal	Destinação	Descrição
50	Gastos essenciais	Gastos fixos são aqueles essenciais: energia elétrica, água, moradia, supermercado, transporte, plano de saúde, farmácia. Para entender o que realmente é um gasto essencial, reflita sobre o que pode ser dispensável e o que realmente é fundamental em sua rotina.

		Nesta fase, liste todos os seus gastos fixos; se ao fim perceber que a somatória deles já ultrapassa 50% da renda, pense em formas de diminuir essas contas.
30	Gastos não essenciais	Tudo que não entrou na primeira lista e não é considerado essencial no dia a dia pode ser classificado como gasto dispensável. É o café da manhã na padaria aos domingos, os serviços de <i>streaming</i> , a TV a cabo, salão de beleza, compras online supérfluas e outros. Se esses gastos ultrapassam 30%, também é hora de fazer cortes para seguir a metodologia à risca.
20	Reserva financeira e à realização de projetos futuros	Essa é a porcentagem ideal para guardar mês a mês. Poupar significa ter dinheiro guardado para apoiar em momentos de urgência sem precisar recorrer a empréstimos ou linhas de crédito caras, como cheque especial e rotativo do cartão de crédito.

Fonte: Serasa Score, (2024 p. 1).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

No desenvolvimento do presente estudo, foram adotadas pesquisas bibliográficas em livros físicos e virtuais e em publicações de periódicos científicos; e a pesquisa exploratória em portais governamentais e de órgãos que tratam do tema educação financeira. Os assuntos utilizados para busca foram: educação financeira; matemática financeira; planejamento financeiro; alfabetização financeira; endividamento das famílias; índice de inadimplência, entre outros. Para tanto, foram usados livros de planejamento, educação e matemática financeira, artigos e trabalhos acadêmicos com abordagens sobre o tema; também foram utilizadas pesquisas e notícias recentes sobre endividamento e inadimplência. Logo após a busca, foi desenvolvida a questão da educação financeira, como sua falta conduz muitas pessoas ao endividamento ou inadimplência. E por fim, as pesquisas sobre endividamento e inadimplência, ampliaram a visão sobre as condições financeiras das pessoas no país.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os autores pesquisados ressaltaram a importância de priorizar e obter o conhecimento sobre planejamento financeiro, alinhado aos sonhos e objetivos, para alcançar a estabilidade financeira que todo ser humano precisa ter. O conhecimento e a aplicabilidade do assunto auxiliam as famílias e as empresas na elaboração de seus orçamentos, o que permite o monitoramento de suas despesas e receitas. Permite um posicionamento favorável frente a tomada de boas escolhas relacionadas a despesas, poupança, investimentos, obrigações financeiras e principalmente imprevistos financeiros. O conhecimento da dinâmica financeira

auxilia pessoas e famílias evitarem o endividamento ou lidarem com dívidas já existentes, o que pode resultar em negociações, acordos e consequentemente menor risco de inadimplência.

Já o conhecimento de poupanças e investimentos permite que as famílias economizem dinheiro em longo prazo, para atingir objetivos financeiros, como a compra de uma casa, a educação dos filhos ou a aposentadoria. O ensino dos princípios de educação financeira para as crianças, possibilita que as famílias preparem as próximas gerações para tomarem decisões financeiramente responsáveis e a evitarem possíveis problemas financeiros. Em resumo, a aplicabilidade da educação financeira no cotidiano das famílias é abrangente e vital para garantir o controle orçamentário, o bem-estar financeiro e a realização de metas financeiras. Ela capacita as famílias a tomarem decisões consistentes e evitarem problemas financeiros que possam surgir ao longo da vida.

Com a realização da pesquisa foi possível conhecer as iniciativas direcionadas ao letramento financeiro, o nível considerável de endividamento das famílias brasileiras e das taxas de juros praticadas no mercado. Entender que a liberação de créditos devido à concorrência e a diversidade dos meios de pagamento atuais, exigem conhecimento e entendimento da dinâmica do mercado com relação ao crédito e aos juros. Ficou claro que há diferença entre as camadas sociais e as faixas de renda quanto a divisão da renda em partes direcionadas aos gastos e à reserva para emergências. Não conseguir separar um percentual da renda para os imprevistos pode ocorrer em qualquer orçamento, desde que não haja planejamento financeiro e controle dos gastos. No entanto, é válido ressaltar os casos em que os gastos fixos superam a renda por motivo de uma crise ou pela realidade de uma parcela significativa das famílias brasileiras. Sendo assim, mesmo com o letramento em Educação Financeira não existe a possibilidade de constituir uma reserva de emergência. Mas, existem profissionais e estratégias que auxiliam na reorganização das finanças em curto, médio e longo prazos, com o objetivo de que a sustentabilidade financeira possa ser alcançada. Portanto, é fundamental adquirir o conhecimento necessário para prevenir questões como endividamento e inadimplência, garantindo assim a saúde financeira e a sustentabilidade dos negócios.

5 CONCLUSÕES

A finalidade do presente trabalho foi mostrar a importância do conhecimento em educação financeira e sua aplicabilidade no cotidiano das pessoas e das famílias e sobre o assunto as conclusões foram:

1 – A falta do conhecimento sobre educação financeira pode afetar as vidas das pessoas e das famílias, e ainda mais das famílias mais necessitadas, sendo assim deveria fazer parte da vida das pessoas desde muito cedo;

2 - A educação financeira tem papel fundamental na tomada de decisões financeiras que possam evitar endividamentos e inadimplências; e na constituição de uma reserva financeira de emergência;

3 - A falta de planejamento financeiro pode levar às dívidas e em consequência à necessidade de contratar empréstimos; usar o rotativo do cartão de crédito e/ou o limite da conta bancária, ambos com taxas altas de juros; gastar sem necessidade; e não poupar para futuros planos ou emergências;

4 – Existem iniciativas relacionadas à educação financeira, no Brasil e ao redor do mundo, mas ainda não alcançam muitas pessoas, o que reflete nos números divulgados sobre endividamento e inadimplência principalmente em termos de famílias brasileiras;

5 – Os temas relacionados à Educação Financeira, como por exemplo a Matemática Financeira, são aplicáveis ao cotidiano das pessoas e das famílias para que possam lidar com o dinheiro e principalmente entender seu valor ao longo do tempo.

E para finalizar a sugestão é tratar no desenvolvimento de trabalhos futuros assuntos relacionados à educação financeira no âmbito empresarial e seu impacto no comportamento e na produtividade das pessoas; bem como seu impacto no resultado da empresa.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Matemática financeira e suas aplicações**. 15. ed. Barueri SP: Atlas 2022.

ABEFIN. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EDUCADORES FINANCEIROS. ABEFIN. 2022. **A Importância da educação financeira nas empresas. Infográfico 2018.** Disponível em: <https://abefin.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Pesquisa-Empresas.pdf> Acesso em: 31 out. 2023.

BIM, I. C.; CARMO, J. G.; OLIVEIRA, M. J. G. de. O cartão de crédito e o endividamento dos brasileiros. **Interface Tecnológica**. v. 20 n. 2 (2023). ISSN (On-Line) 2447-0864. Disponível em:

https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/pt_BR/article/view/1790/972 Acesso em: 08 jan. 2026.

BACEN. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais. Conteúdo básico**. Brasília: BCB, 2013. 72 p. Disponível em: www.bcb.gov.br Acesso em: 23 fev. 2023.

BACEN. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução Conjunta nº 8, de 21 de dezembro de 2023**. Dispõe sobre medidas de educação financeira a serem adotadas por instituições

financeiras, instituições de pagamento e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 244, p. 61, 26 dez. 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidedefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Conjunta&numero=8>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BACEN. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Aprender Valor**. Brasília. 2025. Disponível em: <https://aprendervalor.bcb.gov.br/> Acesso em: 09 jan. 2026.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. CFC.2026. **CFC Voluntário**. Disponível em: <https://voluntariadocontabil.cfc.org.br/apresentacao/> Acesso em: 09 jan. 2026.

CNC. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. CNC. 2025. **Pesquisas CNC**. Disponível em: <https://pesquisacnc.com.br/pesquisa-peic/> Acesso em: 21 dez. 2025.

COSTA, S. **Planejamento financeiro: Você no controle**. Porto Alegre: Citadel, 2022. 240 p.

FERREIRA, A.; FRAGATA, C.; KRAUTER, E.; HUMBERTO, R.; **Planejamento Financeiro Pessoal e Gestão do Patrimônio**. 2. Ed. Barueri - SP, Editora Manole Ltda, 2018. 495 p.

HAUY, R. V. **Uma sociologia do dispositivo de crédito: O ponto de vista dos profissionais do crédito sobre as relações de endividamento**. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP. 2023. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-22012025-121231/publico/2023_RobertoVillelaHauy_VCorr.pdf Acesso em: 09 jan. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares**. IBGE, 2026. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=inflacao Acesso em: 02 jan. 2026.

LIBERATO, F. **Educação Financeira: Finanças Pessoais – Psicologia Financeira – Planejamento Financeiro**. [e book]. Rio de Janeiro: Liberato, 2023. 234 p.

LOPES, J. P. S.; MELO, A. G. de; REIS, C. C. G.; A importância da matemática financeira no ensino fundamental II. **Revista Ciências & Ideias**. ISSN 2176-1477. volume 15 - janeiro/dezembro. 2024.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S; The Importance of Financial Literacy: Opening a New Field. **Journal of Economic Perspectives**. v. 37. n. 4. 2023. pages 137–154. Disponível em: <https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.37.4.137> Acesso em: 29 nov. 2024.

SÃO PAULO. SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR ESCOLA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR. EPDC. Procon/SP. **Pesquisa de taxas de juros – pessoa física - empréstimo pessoal e cheque especial**. dezembro/25 Disponível em: <https://www.procon.sp.gov.br/wp-content/uploads/2025/12/RTTXJUROS-12.25-1.pdf> Acesso em: 09 jan. 2026.

SEMANA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **O que é a Semana ENEF.** 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/semanaenef/pt-br> Acesso em: 15 out. 2025.

SERASA SCORE. **Método 50-30-20: o que é e como utilizar para organizar as contas.** 2024. <https://www.serasa.com.br/score/blog/metodo-50-30-20-como-utilizar/> Acesso em: 08 jan. 2026.

SERASA EXPERIAN. **Dívidas médias de empresas cresceram 13,6% em um ano, revela Serasa Experian.** Out. 2025. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/indicadores/dividas-medias-de-empresas-cresceram-136-em-um-ano-revela-serasa-experian/> Acesso em: 08 jan. 2026.

SOUZA, G. F. de. **O Letramento Financeiro e a Matemática Financeira Básica no Ensino Fundamental.** Dissertação. Programa de Pós-graduação em Matemática da PUC-Rio. 2016. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27574/27574.PDF> Acesso em: 07 out. 2024.

VIEIRA SOBRINHO, J. D. **Matemática financeira.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

VIEIRA, K. M.; MOREIRA JR, F. de J.; POTRICH, A. C. G. P. Indicador de educação financeira: Proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item. **Revista Educação & Sociedade.** v. 40. 2019. Campinas. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/jpbGbNLJfVHBppfvQmVfH9R/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18 ago. 2023.